

DITADURA
E GENOCÍDIO
INDÍGENA:
O JORNALISMO
EM QUADRINHOS
NARRANDO UM
PASSADO QUE
NÃO PASSA¹

[ARTIGO]

Júlio César Rocha Conceição
Universidade do Estado de Minas Gerais

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Analizamos a reportagem em quadrinhos *Notas de um tempo silenciado* (Vilalba, 2015), que traz relatos de testemunhas da Ditadura Civil-Militar Brasileira e discute a violência contra indígenas no período. A abordagem teórica baseia-se nos conceitos de “*stimmung*” e “*produção de presença*” (Gumbrecht, 2008), “*testemunho*” e “*trauma*” (Seligmann-Silva, 2005; 2010) e “*ficcionalidade*” (Galle, 2018). Consideramos ainda a análise estética de Gumbrecht (2010; 2021). Como procedimento metodológico, utilizamos *Os poderes da filologia: dinâmica de conhecimento textual*, em que Gumbrecht (2021) propõe métodos de análise textual como identificação de fragmentos, edição de textos e elaboração de comentários. Buscamos reconhecer eventos históricos que ainda influenciam o presente por meio de uma linguagem ficcional que interage com a realidade. Defendemos a união entre ciência e literatura pela estetização epistemológica, onde verdade e realidade tornam-se categorias estéticas.

Palavras-chave: Ditadura. Jornalismo em Quadrinhos. *Stimmung*. Produção de Presença. Testemunho. Trauma e Ficcionalidade.

We analyzed the comic reportage *Notas de um tempo silenciado* (Vilalba, 2015), which presents testimonies from witnesses of the Brazilian Civil-Military Dictatorship and discusses violence against Indigenous peoples during the period. The theoretical approach is based on the concepts of “*stimmung*” and “*production of presence*” (Gumbrecht, 2008), “*testimony*” and “*trauma*” (Seligmann-Silva, 2005; 2010), and “*fictionality*” (Galle, 2018). We also consider Gumbrecht’s aesthetic analysis (2010; 2021). As a methodological procedure, we used *The Powers of Philology: Dynamics of Textual Knowledge*, in which Gumbrecht (2021) proposes textual analysis methods such as fragment identification, text editing, and commentary development. We seek to identify historical events that still influence the present through a fictional language that interacts with reality. We argue for the union of science and literature through epistemological aestheticization, where truth and reality become aesthetic categories.

Keywords: Dictatorship. Comic Book. Journalism. *Stimmung*. Production of Presence. Testimony. Trauma and Fictionality.

Analizamos el reportaje en cómic *Notas de um tempo silenciado* (Vilalba, 2015), que presenta testimonios de testigos de la Dictadura Civil-Militar Brasileña y discute la violencia contra los pueblos indígenas durante ese período. El enfoque teórico se basa en los conceptos de “*stimmung*” y “*producción de presencia*” (Gumbrecht,

2008), “testimonio” y “trauma” (Seligmann-Silva, 2005; 2010) y “ficcionalidad” (Galle, 2018). También consideramos el análisis estético de Gumbrecht (2010; 2021). Como procedimiento metodológico, utilizamos Los poderes de la filología: dinámica del conocimiento textual, donde Gumbrecht (2021) propone métodos de análisis textual como la identificación de fragmentos, edición de textos y elaboración de comentarios. Buscamos reconocer eventos históricos que aún influyen en el presente mediante un lenguaje ficcional que interactúa con la realidad. Defendemos la unión entre ciencia y literatura a través de la estetización epistemológica, donde la verdad y la realidad se convierten en categorías estéticas.

Palabras clave: Dictadura. Periodismo Cómico. Stimmung. Producción de presencia. Testimonio. Trauma y ficcionalidad.

INTRODUÇÃO

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar (Krenak, 2019, p. 26).

Utilizando a literatura e a história como mediadoras apresentamos, por meio do Jornalismo em Quadrinhos (JQ), eventos ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira. Visando ao estabelecimento de políticas de memória, ao narrar temporalidades testemunhadas e/ou vividas por populações indígenas em situações de violência, essa apreciação permite que personagens reais compartilhem suas experiências.

A disputa pela memória tem gerado atos públicos em diversos locais, destacando o Golpe de 1964 como um evento significativo (Castro *et al.*, 2024). Nos últimos anos, têm ocorrido manifestações nas ruas e nas redes sociais pedindo intervenção militar, com o objetivo de proteger a democracia e afastar o comunismo. É importante registrar as memórias das pessoas afetadas pelas ações da ditadura, documentando os acontecimentos do período e ressaltando a importância de evitar episódios semelhantes.

1 Este texto é baseado nas críticas e sugestões da professora Christina Ferraz Musse (UFJF), que participou da minha defesa de tese em março de 2025. Agradeço à professora pela contribuição.

Fundamentado em testemunhos de sobreviventes, *Notas de um tempo silenciado*², de Robson Vilalba³ (2015), é uma narrativa gráfica que apresenta uma visão da Ditadura Civil-Militar no Brasil, incluindo relatos de indígenas, negros, guerrilheiros e mulheres. A relação entre memória, linguagem dos quadrinhos e jornalismo é destacada na obra, composta por fragmentos representados pelos quadros⁴. Quando esses quadros são colocados lado a lado, há uma sensação de continuidade narrativa (Silva; Vieira, 2023). Esse fenômeno é comparável às narrativas jornalísticas que consistem em lacunas preenchidas, conforme mais informações emergem dos eventos. Nos quadrinhos, essas lacunas são esteticamente visíveis por meio das sarjetas⁵, interpretadas e complementadas ativamente pelo leitor.

Com o objetivo de apresentar a obra ao leitor, exibimos a seguir a capa do livro em destaque em nossa pesquisa (Figura 1).

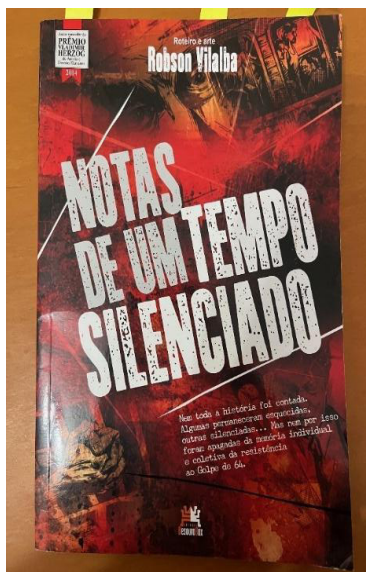
2 Recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos em 2014. Dos treze capítulos, oito fizeram parte da série "Pátria Armada, Brasil", publicada pela *Gazeta do Povo* (Curitiba-PR) em março e abril de 2014, em razão dos 50 anos do golpe militar brasileiro.

3 Robson Vilalba é quadrinista e ilustrador. Já colaborou com os jornais *Gazeta do Povo*, *Folha de S. Paulo* e *Le Monde Diplomatique Brasil*.

4 Quadro é o espaço da narrativa que contém desenhos, legendas, balões e onomatopeias.

5 O espaço (intervalo) entre os quadros é conhecido como sarjeta nas HQs, onde o leitor preenche os eventos da narrativa utilizando sua competência cultural e as informações dos quadros anteriores e subsequentes.

Figura 1: Capa da reportagem em quadrinhos *Notas de um tempo silenciado*



Fonte: Acervo do autor (2025).

Vilalba (2015) inspirou-se nos quadrinhos de Joe Sacco e Art Spiegelman, que usam capítulos fragmentados e narrativas não lineares. Ele entrevistou várias pessoas, utilizou memórias e variações narrativas para dar voz aos personagens históricos silenciados, incluindo sobreviventes, notícias, trabalhos acadêmicos e dados da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Os balões de fala⁶ e as frases entre aspas são reproduções literais do Relatório Figueiredo⁷, preservando tanto a pronúncia

⁶ Os balões de fala são pequenas nuvens que contêm um texto proveniente de um personagem da história, com um apêndice que indica a origem.

⁷ Depois de mais de 40 anos desaparecido após incêndio no Ministério da Agricultura, que teria dado o documento como “eliminado”, o Relatório Figueiredo foi encontrado em abril de 2013 no Museu do Índio no Rio de Janeiro com mais de 7 mil páginas que mostram o genocídio cometido na época. Extermínios de povos indígenas, torturas, estupros contra mulheres, disseminação proposital de doenças e verdadeiras caçadas humanas com uso até de dinamites. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/encon->

quanto o conteúdo do documento. O autor procurou adaptar elementos significativos para o formato de quadrinhos, oferecendo novas perspectivas sobre a ditadura e com ênfase em experiências individuais.

O recorte deste estudo abrange os três capítulos dedicados aos povos indígenas, a saber: VIII – “Nem tudo foi milagre”, IX – “A domesticação dos selvagens” e X – “Os passos da integração”.

Em seguida, fornecemos detalhes sobre a obra para uma melhor apresentação ao leitor da pesquisa realizada (Tabela 1).

Tabela 1: Detalhes da narrativa gráfica

Título	Notas de um tempo silenciado
Autor	Robson Vilalba
Editora	Besouro Box
Páginas	104
Comprimento	24cm
Largura	16cm
Ano	2015

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Justificamos nossa escolha por três motes principais: primeiramente, o livro fornece relatos de indivíduos que viveram a Ditadura Civil-Militar Brasileira entre 1964 e 1985; em segundo lugar, esses relatos são apresentados em formato de reportagem em quadrinhos; e, por fim, a obra aborda a violência perpetrada durante

trado-ha-10-anos-relatorio-figueiredo-revelou-exterminio-mas-cultura-indigena-resiste-em-ms. Acesso em: 19 jun. 2025.

a ditadura contra povos e comunidades indígenas – um tema pouco difundido e discutido no contexto social brasileiro.

Nossa abordagem teórica baseia-se nos conceitos de “*stimmung*” e “produção de presença” (Gumbrecht, 2008), “testemunho” e “trauma” (Seligmann-Silva, 2005, 2010) e “ficcionalidade” (Galle, 2018). Os pesquisadores citados analisam a influência contínua do passado no mundo atual, refletida na obra literária estudada.

Buscamos identificar eventos históricos que ainda impactam o presente, utilizando uma linguagem ficcional que interage com a realidade. Consideramos que ciência e literatura unem-se por meio da estetização epistemológica, em que a verdade e realidade são vistas como categorias estéticas.

Para alcançar nosso objetivo, propomos responder a uma questão estruturada em três partes: de que modo essa experiência estética nos conecta ao passado e torna essa vivência presente? Qual é o impacto dos testemunhos contidos na obra em relação a uma possível amplificação ou atenuação desses traumas? De que forma textos e imagens podem influenciar a percepção da dor causada pelo trauma, considerando a relação entre ficção e realidade?

Adotamos a proposta epistemológica da análise estética de Gumbrecht (2010, 2021) como nossa abordagem metodológica. Sob essa perspectiva, o JQ é visto como uma materialidade da comunicação, funcionando como um suporte semântico e material que permite oscilações entre efeitos de sentido e efeitos de presença. Como abordagem metodológica, utilizamos

a obra “Os poderes da filologia: dinâmica de conhecimento textual”, na qual Gumbrecht (2021) investiga possíveis movimentos de análises textuais – embasados no campo da filologia –, tais como a identificação de fragmentos, a edição de textos e a elaboração de comentários. Essas atividades podem proporcionar a aquisição de conhecimentos adicionais sobre as experiências retratadas na HQ, além de revelarem aspectos anteriormente não evidenciados.

O texto está organizado da seguinte forma: em *Epistemologia: além dos estudos literários*, analisamos a importância da objetividade nos textos literários que conectam os leitores ao passado, proporcionando uma experiência mais concreta (Gumbrecht, 2008). Avaliamos como a literatura de testemunho aborda traumas históricos (Sarmiento-Pantoja, 2021) e a capacidade narrativa de integrar memórias e fatos, desafiando as fronteiras entre realidade e ficção (Galle, 2018). Discutimos também o impacto do trauma e do negacionismo nas memórias de eventos violentos e na credibilidade das vivências das vítimas (Seligmann-Silva, 2005, 2010).

No tópico *Efeitos da cultura dominante nas comunidades indígenas: histórias e memórias*, são analisadas as memórias e narrativas orais na preservação da história e da identidade indígena (Silva; Vieira, 2023). São avaliadas políticas de desenvolvimento que não consideraram a presença indígena (Castro *et al.*, 2024) e mobilizações que reivindicam direitos e visibilidade para os povos originários, questionando o Estado e promovendo memória e justiça (Brasil, 2014).

Por fim, é introduzido o tópico de análise, seguido pelas considerações finais.

EPISTEMOLOGIA: ALÉM DOS ESTUDOS LITERÁRIOS

Este tópico examina o que é ficcional ou real na literatura, conectando os campos literário, histórico e midiático, por meio dos conceitos de *stimmung* e produção de presença. Serão abordados o testemunho e o trauma, trazendo discussões teóricas e práticas na interface da literatura com diferentes campos científicos e epistemológicos.

Gumbrecht (2008) propõe uma nova epistemologia que concentra-se em observar o mundo material de forma prática, permitindo ao indivíduo ser mais do que um mero observador. Logo, o observador moderno está inserido no mundo dos objetos, abandonando a posição externa tradicional.

Alkimin (2006) observa que a ciência e a literatura conectam-se por meio da estetização epistemológica, em que a verdade e a realidade são vistas como categorias estéticas. Segundo essa perspectiva, a ciência utiliza um sistema de produção de conhecimento baseado em leis estéticas para modelar o mundo. A literatura, por sua vez, questiona essas verdades e realidades, explorando falhas e oportunidades perdidas, sendo influenciada pelos meios de comunicação que afetam os processos comunicativos e as mentalidades dos participantes.

Nesse contexto, Gumbrecht (2008) destaca dois aspectos relevantes sobre a relação entre estudos literários e mídias: primeiro, a mídia possibilita a presença de objetos ausentes espacial e temporalmente de maneira específica; segundo os modos de

tornar presente estão conectados a certas pressuposições sobre a confiabilidade e a aplicabilidade do que foi tornado presente.

Gumbrecht (2008) argumenta que textos literários são eficazes em trazer o passado para o presente, proporcionando uma percepção do ambiente físico e sensorial (*stimmung*). A integração entre consciência e experiência demonstrada por esses textos oferece uma perspectiva valiosa para a observação do mundo.

A literatura tem o poder estético de proporcionar aos leitores uma imersão em um mundo físico e seus ritmos – experiência estética. Esse sentimento está ligado a uma nova narrativa literária organizada em capítulos menores. A contextualização histórica revigora acontecimentos literários, ao passo que essas concisas inserções empregam mundos do passado – produção de presença.

PRODUÇÃO DE PRESENÇA: AS MATERIALIDADES DA COMUNICAÇÃO

Em *Notas de um tempo silenciado*, Robson Vilalba apresenta os personagens enquanto descreve o clima ou atmosfera (*stimmung*) do contexto em que a trama desenvolve-se, seja no Paraná, na Amazônia, no interior de Minas Gerais ou em outros locais. A obra enfatiza a documentação dos eventos e as dimensões simbólicas dessas atmosferas, dos personagens e dos conceitos que permeiam essas temporalidades.

Por um lado, a modernidade — que nos desconecta dos objetos —, tem contribuído para o aumento da nostalgia e da busca por *stimmung* (Pompeu, 2012), intensificando as emoções dos indivíduos e influenciando sua sensibilidade e interações diárias. Por outro lado, a presença estabelece uma ligação física e imediata entre objetos e pessoas, baseada na transmissão de um *stimmung* do passado por meio de elementos artísticos. Essa experiência estética cria uma conexão com o tempo passado, tornando essa vivência presente. A complexidade reside na possibilidade de abordar as atmosferas como componentes de uma pesquisa abrangente (Marciano, 2021). Esses encontros incentivam a expressão de sentimentos e percepções. Por exemplo, Vilalba (2015) combina literatura, passado e presente para recriar atmosferas e trazer eventos históricos ao presente. Confrontar os objetos do mundo é importante, pois eles podem ser fisicamente representados por meio da narrativa.

TESTEMUNHO COMO NARRATIVA DA DOR: ENTRE FICÇÃO, VERDADE E REALIDADE

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu a literatura de testemunho, que descreve as atrocidades do Holocausto (Galle, 2018). Esse termo inclui depoimentos orais, escritos, autobiografias, contos, romances, peças, poemas, quadrinhos e filmes. Ao misturar ficção e não ficção, essa literatura influencia o conceito tradicional de ficcionalidade, combinando relatos factuais e romances em um único gênero.

Segundo Sarmiento-Pantoja (2021), entender os regimes de realidade é essencial para os estudos literários e de testemunho. Narrativas oscilam entre *vera fiction* e *falsa fiction*; o testemunho revela o real, enquanto a literatura une a verdade e a realidade com referências culturais e teor testemunhal. Assim, os textos literários podem ser vistos como testemunhos de uma sociedade. Ao considerar o factual como parte de um amplo campo de verdades, podemos perceber que tanto o conteúdo de verdade quanto o conteúdo factual estão interligados no conteúdo testemunhal — e vice-versa. Portanto, na escrita dos textos, é possível estabelecer relações com a verdade enquanto estatuto testemunhal do factual. A análise da ficção nos leva a considerar as escolhas feitas, as posições adotadas e o nível de veracidade atribuído ao que é narrado. O pesquisador, ao discutir a coexistência entre ficção, verdade e realidade, afirma que a verdade não se opõe à ficção e que optar pela ficção não visa distorcer a verdade.

Alkimin (2006) argumenta que nossas práticas podem ser consideradas ficcionais, nas quais a realidade e a verdade são versões organizadas pela cultura. Galle (2018) complementa essa visão ao sugerir que interpretar uma ficção requer a aceitação de um princípio de realidade, uma vez que as inferências do leitor dependem de sua competência cultural. O pesquisador propõe um pacto específico para a produção e recepção de testemunhos: nem factual, nem ficcional, mas testemunhal. No pacto factual, o escritor responde pelas ideias ligadas à realidade externa; já no pacto ficcional, a narrativa pertence ao mundo imaginário do autor, permitindo que o leitor a experimente.

Os testemunhos apresentados nas reportagens em quadrinhos permitem a reconstituição de experiências específicas, pois essas narrativas gráficas procuram preservar a memória: “[...] cabe a nós percebermos que as fontes orais se incorporam às memórias vividas, antes tão marginalizadas e silenciadas, para a construção de novas identidades” (Musse *et al.*, 2020, p. 143). Desse modo, aprendemos a ler – nas páginas das reportagens em quadrinhos – fragmentos de um presente que amontoa-se diante de nós: “de um passado que não passou. Pretérito presente, presente do passado. Fruto de um trabalho de coletor e de arranjador de fragmentos” (Seligmann-Silva, 2010, p. 8).

O testemunho incorpora história, memória, fatos, narrativas, símbolos e indivíduos. O narrador apresenta relatos reais, que influenciam o leitor familiarizado com essa realidade; as perspectivas do narrador, da testemunha e do leitor se encontram, formando uma realidade compartilhada; a interpretação é baseada em fatos e cria atmosferas testemunhais.

DO TRAUMA AO NEGACIONISMO: UMA QUESTÃO DE RESISTÊNCIA

Seligmann-Silva (2008) afirma que o trauma é uma lembrança persistente do passado, levando à dúvida sobre eventos de violência sofrida. A percepção da memória do trauma costuma ser irreal, podendo ser exacerbada por negacionistas que confundem as vítimas e as fazem questionar

suas próprias experiências. Por exemplo, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Partido Novo), declarou que concederia indulto ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), caso fosse eleito presidente da República. Ao justificar sua posição, Zema abordou o regime militar de 1964 a 1985, afirmando que trata-se de uma “questão de interpretação”. Ele mencionou que sequestradores e assassinos receberam anistia, argumentando que é justo conceder indulto nesses termos.

Para proteger o testemunho das vítimas frente aos negacionistas, é crucial adotar uma postura crítica de enfrentamento, pois frequentemente, a vítima não consegue comprovar a violência sofrida. Segundo Lyotard (1983 *apud* Seligmann-Silva, 2010), quem acusa sofreu um prejuízo e tem meios para prová-lo, mas os perde se o autor do prejuízo for seu juiz.

O testemunho é inquestionavelmente importante, enquanto o negacionismo é perverso, pois causa um sentimento de irrealidade na situação vivida (Seligmann-Silva, 2008). Esse sentimento, comum entre os sobreviventes, gera uma visão distorcida da realidade.

EFEITOS DA CULTURA DOMINANTE NAS COMUNIDADES INDÍGENAS: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS

Os índios não podem impedir a passagem do progresso [...]. Dentro de 10 a 20 anos não haverá mais índios no Brasil (Ministro Rangel Reis, 1976 *apud* Brasil, 2014).

As memórias e experiências promovem discussões sobre as narrativas textuais e visuais — como nos quadrinhos —, em que a verossimilhança estimula a criatividade. A coleta de testemunhos históricos permite criar climas (*stimmungs*) narrativos específicos, baseados em memórias orais. A história recente valoriza memórias pessoais e testemunhos por meio de histórias orais e micro-histórias (Sarlo, 2007). Essas reminiscências contribuem para a memória social de uma nação (Silva; Vieira, 2023).

Os depoimentos apresentados pela CNV — especialmente no capítulo sobre os povos indígenas — são, em sua maioria, de indivíduos que não presenciaram diretamente os eventos descritos; esses depoimentos são reconhecidos como fontes confiáveis de informação. Por exemplo, as micro-histórias que integram a estética de *Notas de um tempo silenciado* conferem novos significados aos eventos relacionados aos povos indígenas. A ficcionalização possibilita o acesso a eventos que não foram presenciados.

A CNV reuniu documentos sobre a violência contra indígenas, incluindo o Relatório Figueiredo, com fotos, vídeos e depoimentos de treze etnias (Castro *et al.*, 2024). Esses materiais são essenciais para entender as violações dos direitos humanos dos povos originários durante a ditadura reconhecida apenas no século XX (Castro *et al.*, 2024).

Os registros dessa violência foram divulgados internacionalmente pelo jornalista britânico Norman Lewis, em 1969. Segundo Gomes e Benítez Trinidad (2022), denúncias sobre atrocidades contra indígenas foram difundidas

por ativistas, acadêmicos, jornalistas, exilados e missionários — desafiando o Estado desde os anos 1960, especialmente nos anos 1970. Em 1972, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criou o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) para defender os direitos indígenas e, em 1974, lideranças indígenas começaram a se reunir politicamente. Em 1978, surgiu um novo movimento pró-indígena, relacionado aos movimentos anticapitalistas e ambientalistas, consolidando o Movimento Indígena Brasileiro (MIB).

Brasil (2014) observa que tanto a omissão quanto a intervenção do Estado sempre estiveram presentes na política indigenista, variando em intensidade ao longo do tempo. Entre 1946 e 1988, conforme aponta Castro *et al.* (2024), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) favoreceram interesses privados e negligenciaram suas responsabilidades. Funcionários abusaram do poder ao restringir indígenas, realizar prisões, aplicar castigos e torturas, bem como facilitar as invasões de territórios. O Relatório Figueiredo expôs abusos, introdução de doenças, detenções ilegais e exploração do trabalho indígena, além da corrupção no SPI e da omissão do Judiciário.

Em 1968, iniciou-se uma política indigenista mais intensificada, incluindo a criação de presídios para indígenas após a implementação do AI-5 pela ditadura militar (Brasil, 2014). O Estado brasileiro criou uma prisão em território Krenak para deter indígenas, onde houve mortes, trabalho forçado e desaparecimentos. A seguir está parte da denúncia enviada ao Tribunal Russell II em 1974:

[...] Segundo palavras do sertanista Antônio Cotrim Soares, jamais contestadas pela FUNAI, Crenaque “é um campo de concentração” para onde são enviados os índios revoltados com o sistema explorador e opressivo da FUNAI. A prisão é dirigida por um oficial da PM de Minas Gerais [...]. Os índios presos são obrigados a um regime de trabalho forçado de oito horas diárias. São colocados em prisões celulares, isolados uns dos outros. E recebem espancamentos e torturas [...] (Brasil, 2014, p. 244).

Brasil (2014) afirma que os governos militares e alguns setores empresariais não consideravam os indígenas cidadãos brasileiros ou beneficiários do desenvolvimento nacional. Por exemplo, o Plano de Integração Nacional (PIN), de 1970, objetivava estimular a ocupação da Amazônia sem considerar a presença das populações indígenas locais. A integração envolveu a construção de estradas — como a Transamazônica e a BR-163 —, com a expectativa de assentar 100 mil famílias em mais de 2 milhões de quilômetros quadrados de terras desapropriadas.

O relatório da CNV, ao registrar memórias da ditadura, mostra que houve violações de direitos humanos contra os indígenas. Esses documentos ajudam a compreender o alcance dessas ações e destacam a importância de continuar o debate; analisar a situação dos povos indígenas no Brasil é essencial para entender a complexidade do tema, visando a promover justiça.

ANÁLISES

O escopo deste estudo abrange os três capítulos dedicados aos povos indígenas:

VIII – “Nem tudo foi milagre”, IX – “A domesticação dos selvagens” e X – “Os passos da integração”. A abordagem teórica baseia-se nos seguintes conceitos: *stimmung* e “produção de presença” (Gumbrecht, 2008), “testemunho” e “trauma” (Seligmann-Silva, 2005, 2010) e “ficcionalidade” (Galle, 2018). Procuramos identificar eventos históricos que continuam a impactar o presente, utilizando uma linguagem ficcional que se entrelaça com a realidade. Consideramos que ciência e literatura unem-se por meio da estetização epistemológica, em que a verdade e a realidade são compreendidas como categorias estéticas.

Adotamos a proposta de análise estética de Gumbrecht (2010, 2021) e utilizamos a obra “Os poderes da filologia: dinâmica de conhecimento textual”, na qual Gumbrecht (2021) explora movimentos possíveis de análises textuais, fundamentados no campo da filologia, tais como a identificação de fragmentos, edição de textos e elaboração de comentários. O processo analítico foca diálogos de personagens que vivenciaram violência e trauma, abordando a ideologia do progresso durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira. Esses destaques estão organizados em tabelas para responder à questão e atender aos objetivos da pesquisa. Após analisar os três capítulos, apresentamos uma conclusão geral, seguida pelas considerações finais.

CAPÍTULO VIII: “NEM TUDO FOI MILAGRE”

Vilalba (2015) relata que trinta e dois aldeamentos indígenas na margem esquerda do Rio Paraná foram submersos, assim como

terras de agricultores desde os anos 1450. Em março de 1982, conflitos pela terra deslocaram famílias indígenas para o Paraguai; os que ficaram enfrentaram ameaças constantes de comerciantes, segundo o relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). “Em 1973, o INCRA chega aqui expulsando a gente da terra, botando fogo na casa, queimando

nossa plantação, ameaçando dar tiro na perna de quem não queria subir no caminhão” (Vilalba, 2015, p. 54).

A partir dos quadros selecionados abaixo, damos início à nossa análise com informações referentes ao capítulo VIII: “Nem tudo foi milagre”, na figura 2 abaixo.

Figura 2: Capítulo VIII: “Nem tudo foi milagre” (p. 51 a 54)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Os militares getulistas, conforme Vilalba (2015), ofereceram terras em Ocoy-Jacutinga como forma de compensação pelo trabalho dos índios. Setenta famílias – refugiadas de outros conflitos – ocupavam uma área de 12.500 hectares. Após o governo de Getúlio Vargas, durante a ditadura, duas entidades invadiram ilegalmente o território: a administração do Parque Nacional do Iguaçu (185.000 hectares) e o Tratado de Itaipu (770 km ocupados).

Segue a exposição de pontos relevantes do capítulo “Nem tudo foi milagre” na Tabela 2 a seguir.

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS⁸ DO CAPÍTULO VIII: “NEM TUDO FOI MILAGRE”

Tabela 2: Pontos destacados do capítulo “Nem tudo foi milagre”

Evento	Descrição
Inundação de aldeamentos indígenas	32 aldeamentos foram inundados pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.
Conflitos por terra	Conflitos entre indígenas e comerciantes resultaram em ameaças e violência.
Deslocamento de famílias	Famílias indígenas foram deslocadas para o Paraguai ou enfrentaram ameaças constantes.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

⁸ Após a análise de cada um dos três capítulos, são apresentados os pontos principais em tabelas. As tabelas contêm duas colunas: o evento ocorrido e sua descrição.

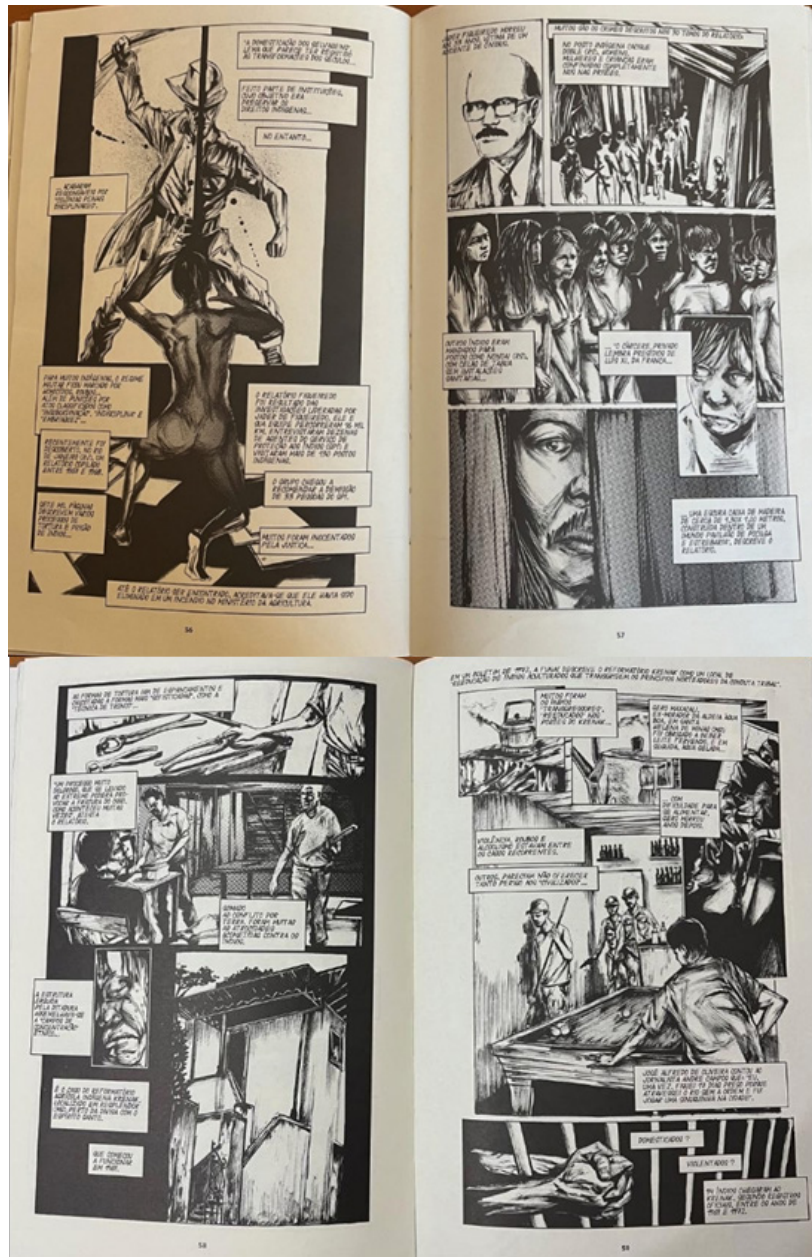
CAPÍTULO IX: “A DOMESTICAÇÃO DOS SELVAGENS”

A domesticação dos indígenas, segundo Vilalba (2015), foi parte de iniciativas destinadas a proteger seus direitos, mas resultou na formação de “colônias penais disciplinares”. Durante o regime militar, muitos indígenas foram vítimas de homicídios, roubos e punições. O Relatório Figueiredo – sete mil páginas que documentam diversos processos de tortura e encarceramento de indígenas – é fruto das investigações conduzidas por Jader de Figueiredo. Ele e sua equipe entrevistaram agentes do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e visitaram inúmeros postos indígenas.

No posto indígena Cacique Doble (RJ), homens, mulheres e crianças permaneciam nus nas prisões; outros indígenas foram enviados para postos como Nonoai (RJ), onde as celas de madeira não tinham instalações sanitárias. O relatório compara o cárcere privado aos presídios de Luís XI, na França, consistindo em uma caixa de madeira escura de cerca de 1,30m x 1,00m, construída em um pavilhão sujo junto a uma pocilga e a um estábulo.

Continuamos nossa análise, a partir dos quadros selecionados a seguir, referentes ao Capítulo IX: “A domesticação dos selvagens”, na figura 3 abaixo.

Figura 3: Capítulo IX: “A domesticação dos selvagens” (p. 56 a 59)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Vilalba (2015) aponta que as formas de tortura variavam desde espancamentos e chicotadas até técnicas mais sofisticadas, como a técnica do tronco – um processo extremamente doloroso que, se utilizado ao extremo, pode resultar na fratura de ossos, como é demonstrado pelo relatório, o que ocorreu diversas vezes. Além do conflito

por terras, foram relatadas diversas atrocidades contra os índios. A estrutura erguida pela ditadura assemelha-se aos “campos de concentração” étnicos – é o caso do Reformatório Agrícola Indígena Krenak, localizado em Resplendor (MG), perto da divisa com o Espírito Santo, que começou a funcionar em 1969.

Segundo o quadrinista, a história do Reformatório Krenak — usado pela ditadura para aprisionar e torturar indígenas em Minas Gerais — ainda é pouco conhecida. Em um documento de 1972, a FUNAI descreveu o Reformatório Krenak como um local de “reeducação de índios aculturados que transgridem os princípios norteadores da conduta tribal”. Gero Maxacali, ex-morador da aldeia Água Boa, em Santa Helena de Minas (MG), foi obrigado a beber leite fervendo e, em seguida, água gelada; com dificuldade para se alimentar, faleceu anos depois.

Apresenta-se, na tabela 3 a seguir, a elucidação dos aspectos mais relevantes abordados no Capítulo IX: “A domesticação dos selvagens”.

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS DO CAPÍTULO IX: “A DOMESTICAÇÃO DOS SELVAGENS”

Tabela 3: Pontos destacados do capítulo
“A domesticação dos selvagens”

Evento	Descrição
Violência contra indígenas	Indígenas foram vítimas de homicídios, roubos e punições arbitrárias.
Tortura e encarceramento	Relatório Figueiredo documentou torturas e encarceramentos de indígenas em “colônias penais disciplinares”.
Condições precárias	Condições precárias em postos indígenas, incluindo celas de madeira sem instalações sanitárias.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

CAPÍTULO X: “OS PASSOS DA INTEGRAÇÃO”

Estabelecida em 1967, a FUNAI é responsável pela política indigenista do governo federal. Vilalba (2015) observa que as decisões da fundação eram deliberadas por um conselho com membros de ministérios e da sociedade civil. Com o Decreto nº 68.377, de 1971, o conselho passou a ter sete cadeiras nomeadas pelo presidente — exceto pelo engenheiro Ademir Ribeiro Silva, que dirigiu brevemente em 1979 —; a FUNAI foi presidida por militares até 1983.

Entre os princípios norteadores descritos no artigo 1º do estatuto da FUNAI (Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967) está em: “exercer o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção dos índios” (Vilalba, 2015, p. 62-63). Em novembro de 1969, oitenta e quatro (84) índios ingressaram no quartel da Polícia Militar de Minas Gerais, em Belo Horizonte, provenientes de diversas etnias; essa foi a primeira turma do curso de formação da Guarda Rural Indígena (GRIN). Os recrutas marcharam diante de um público composto por crianças, enquanto, no palanque, estavam presentes autoridades como o governador de Minas Gerais, Israel Pinheiro, e o ex-vice-presidente da República e então deputado federal José Maria Alkimin. A primeira tropa foi formada com a missão de realizar o policiamento ostensivo das áreas reservadas aos indígenas. Durante a cerimônia, os índios demonstraram técnicas de judô, captura a cavalo e condução de presos. As cenas foram registradas pelo documentarista Jesco Von Puttkamer e

estão presentes no filme *Arara*⁹, redescoberto por Marcelo Zelic, vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais¹⁰ de São Paulo.

Dando prosseguimento ao nosso processo de análise, nas figuras 4 e 5 apresentamos quadros referentes ao Capítulo X: “Os passos da integração”.

Figura 4: Capítulo X: “Os passos da integração” (p. 60 a 63)



⁹ Em 2012, Rodrigo Piquet, do Museu do Índio, mostrou a Marcelo Zelic, do Grupo Tortura Nunca Mais, um filme que encontrara, chamado *Arara*. Eram imagens da formatura da Guarda Rural Indígena, em Belo Horizonte, produzidas pelo antropólogo Jesco Von Puttkamer (1919-1994) em 1970. Disponível em: <https://ims.com.br/filme/arara-um-filme-sobre-um-filme-sobrevivente/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

¹⁰ O Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM/RJ) foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Disponível em: <https://www.torturanunca-mais-rj.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

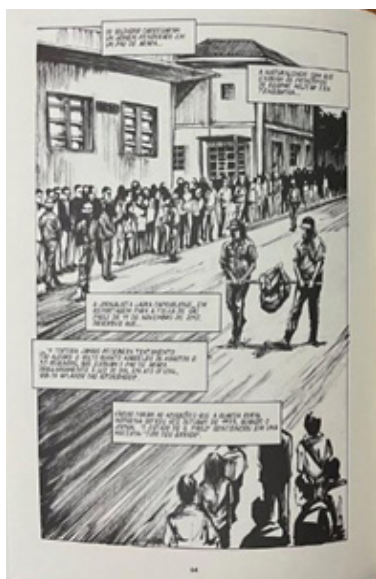
Fonte: Acervo do autor (2025).

Os soldados carregaram um homem pendurado em um pau de arara (Vilalba, 2015, p. 64). A jornalista Laura Capriglione, em reportagem para a *Folha de São Paulo*

de 11 de novembro de 2012, descreve que “a tortura jamais recebera tratamento tão alegre e solto quanto naqueles 26 minutos e 55 segundos que exibiam o pau de arara orgulhosamente à luz do dia, em ato oficial, sob os aplausos das autoridades”.

Segundo Vilalba (2015, p. 65), em maio de 1971, um guarda forçou relações sexuais com uma indígena, temendo as ameaças de prisão de seu marido. O guarda foi penalizado pelo estupro com “30 dias de prisão” no Reformatório Krenak, prestando serviço e vigilância. Várias foram as acusações que a GRIN sofreu até outubro de 1973, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* sentenciou em uma matéria: “tudo deu errado”. Após a dissolução da GRIN, alguns indígenas foram incorporados pela FUNAI; outros, não suportaram conviver com essas relações escusas, aonde quer que fossem. Dando prosseguimento ao nosso processo de análise, apresentamos quadros referentes ao Capítulo X: “Os passos da integração” na figura 5 abaixo.

Figura 5: Capítulo X: “Os passos da integração” (p. 64 -67)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Tiurê¹¹, filho de mãe branca e pai indígena, revelou à POSTV¹² documentos alterados que beneficiavam latifundiários em terras indígenas (Vilalba, 2015). Abandonou seu emprego na FUNAI e juntou-se à tribo Gaviões-Parkatejê, no Pará, a convite do cacique Kohokrenun. Tiurê, um homem combativo e inteligente, incomodava os militares: foi torturado, sequestrado, teve sua casa incendiada e sofreu um acidente de carro suspeito, resultando em três meses de internação. Em busca de segurança, Tiurê fugiu para o Canadá, onde é reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como refugiado político; no Brasil, sua anistia demorou mais de 20 anos para ser concedida.

Segundo reportagem da jornalista Najla Passos, publicada na *Carta Capital* e intitulada *Pela primeira vez, Brasil concede anistia a índio perseguido pela ditadura*, o processo de Tiurê foi um dos mais complexos para a Comissão de Anistia. A vice-presidente da comissão, Sueli Bellato, mencionou que foi necessário abstrair e afastar-se dos conceitos tradicionais de perseguidos políticos. “A dívida do Estado brasileiro com a questão indígena é muito grande. A comissão de anistia foi criada para reparar os danos a uma certa elite” (Tiurê Potiguara in Vilalba 2015, p. 67).

De acordo com Vilalba (2015, p. 67), Tiurê não foi um estudante expulso da universidade por participar de protestos e nem um operário demitido da fábrica por fazer

greve: “na questão indígena, eu falo que é genocídio, com contaminação biológica, varíola. As coisas mais absurdas foram praticadas contra os índios” (Tiurê Potiguara, 2015 *apud* Vilalba, 2015, p. 67).

Na tabela 4 a seguir, apresentamos os principais aspectos evidenciados no Capítulo X, intitulado “Os passos da integração”.

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS DO CAPÍTULO X – “OS PASSOS DA INTEGRAÇÃO”

Tabela 4: Pontos destacados do capítulo “Os passos da integração”

Evento	Descrição
Criação da GRIN	Guarda Rural Indígena foi criada em 1969 para realizar policiamento ostensivo em áreas indígenas.
Abusos e violência	GRIN foi acusada de abusos e violência, incluindo estupro e tortura.
Dissolução da GRIN	GRIN foi dissolvida após acusações de abusos e violência.
Perseguição a Tiurê Potiguara	Tiurê Potiguara foi perseguido, torturado e sequestrado por sua luta pelos direitos indígenas.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

PRINCIPAIS PONTOS DESTACADOS DOS CAPÍTULOS VIII, IX E X

Apresentamos a conclusão das análises em uma tabela com pontos relevantes

¹¹ Tiurê Potiguara (José Umberto da Costa, nome não indígena, era concursado na FUNAI).

¹² Canal de vídeos do grupo Ninja – Narrativas Independentes Jornalismo e Ação.

dos três capítulos. Os eventos e descrições apresentados nas tabelas permitem identificar os principais fatores que levaram à ocorrência dessas ações, assim como compreender as consequências do processo de ocupação de áreas indígenas durante o período da Ditadura Civil-Militar Brasileira.

Na tabela 5 seguir, apresentamos aspectos comuns entre os capítulos VIII, IX e X.

PONTOS COMUNS ENTRE OS CAPÍTULOS VIII, IX E X

Tabela 5: Pontos destacados entre os três capítulos

Evento	Descrição
Violença contra indígenas	Todos os capítulos destacam a violência contra os indígenas, incluindo abusos, tortura e homicídios.
Conflitos por terra	Conflitos por terra e recursos são um tema comum nos três capítulos.
Desrespeito aos direitos humanos	Os capítulos destacam o desrespeito aos direitos humanos dos indígenas, incluindo a falta de proteção e justiça.
Atuação do Estado	O Estado é apresentado como um ator importante na perpetuação da violência e desrespeito aos direitos humanos dos indígenas.
Resistência indígena	A resistência indígena é um tema comum, com indígenas lutando por seus direitos e terras.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

CONCLUSÃO DAS ANÁLISES

Por fim, ressalta-se a importância de reconhecer o genocídio indígena no Brasil como uma consequência direta das ações e omissões das autoridades governamentais, em vez de considerá-lo um evento inevitável ou aleatório.

Na tabela 6 a seguir, expomos aspectos significativos a serem considerados entre os três capítulos.

Tabela 6: Pontos relevantes a serem considerados entre os três capítulos

Evento	Descrição
Descaso e negligência	Autoridades públicas responsáveis por descaso e negligência em relação às populações indígenas, levando a expulsões de terras sem compensação e com violência.
Silenciamento	Censura à imprensa e silenciamento das vozes indígenas contribuíram para ocultar atrocidades contra os povos indígenas da sociedade urbana e politizada.
Marginalização	Povos indígenas foram e continuam a ser marginalizados na história do Brasil, tratados como estrangeiros sem memória e identidade.
Resistência	Importância de reconhecer os povos indígenas como participantes ativos na sociedade e como um povo resistente que lutou e continua a lutar por seus direitos e identidade.

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

A análise apontou questões que podem ser exploradas em pesquisas futuras:

1. Quais são as raízes históricas da marginalização e do silenciamento dos povos indígenas?
2. Como podemos trabalhar para reparar os danos causados pelo descaso e pela negligência das autoridades públicas em relação aos povos indígenas?
3. Qual é o papel da sociedade civil na promoção dos direitos e da visibilidade dos povos indígenas?
4. Como podemos apoiar a resistência e a luta dos povos indígenas por seus direitos e identidade?

A linguagem ficcional do Jornalismo em Quadrinhos (JQ) mostra como o presente é influenciado pelo passado. Esse diálogo com a realidade alterna entre temporalidades e explora traumas individuais que tornam-se coletivos.

Após identificar fragmentos, editamos textos e escrevemos comentários baseados em estudos filológicos. Isso trouxe mais informações sobre as experiências retratadas na reportagem em quadrinhos e destacou novos aspectos. A seguir, apresentamos uma síntese para complementar nossa resposta à questão de pesquisa e alcançar o objetivo proposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse momento, retomamos nossa questão que fora dividida em três partes: de que modo essa experiência estética nos

conecta ao passado e torna essa vivência presente? Qual é o impacto dos testemunhos contidos na obra em relação a uma possível amplificação ou atenuação desses traumas? De que forma textos e imagens podem influenciar a percepção da dor causada pelo trauma, considerando a relação entre ficção e realidade?

É importante observar que as possibilidades de resposta não se limitam ao conteúdo apresentado aqui, podendo ser ampliadas pelos leitores sob diferentes perspectivas. Assim, as respostas podem ter relevância quando utilizadas em pesquisas futuras ou para dar continuidade ao tema.

Ao tratar de eventos históricos como o encarceramento e a violência contra povos indígenas, a HQ oferece uma perspectiva que permite ao leitor entender as experiências desses grupos. Observa-se que todos os capítulos abordam a violência sofrida pelos indígenas, incluindo relatos de abusos, tortura e homicídios.

Os testemunhos apresentados exercem papel relevante na amplificação dos traumas vivenciados pelos indígenas, como por exemplo, Gero Maxacali, que foi obrigado a beber leite fervendo e, em seguida, água gelada. Com dificuldade para se alimentar, faleceu anos depois.

Ao proporcionar o compartilhamento de relatos e experiências, a narrativa gráfica permite a expressão de grupos historicamente silenciados e marginalizados, favorecendo uma maior compreensão do leitor acerca das vivências dessas populações, como por exemplo, Tiurê obteve reconhecimento da ONU como refugiado político no Canadá. A literatura permite reviver

objetos e fatos ausentes pela narrativa e contexto histórico — conectando o leitor ao passado —, incluindo a comparação do Reformatório Agrícola Indígena Krenak à estrutura dos campos de concentração e o papel do Relatório Figueiredo nas investigações da CNV sobre essas atrocidades.

Os testemunhos revelam aspectos reais, enquanto os quadrinhos de Vilalba unem realidade, ficção e referências culturais. Um exemplo é a cena do “pau de arara”, inspirada em reportagem de Laura Capriglione na *Folha de São Paulo*, que apresenta o tema da tortura sob um olhar inusitado e público. A força do relato surge justamente da fusão entre ficção e realidade, criando uma experiência estética capaz de reconstruir vivências e preservar memórias.

A reportagem em quadrinhos conecta esteticamente o passado ao presente por meio da sensibilidade do narrador, do editor e do leitor. Os traços de Robson Vilalba combinam eventos reais e experiências pessoais, criando uma narrativa intensa e atmosférica. A literatura do JQ mistura ficção e realidade, refletindo as experiências humanas e convertendo traumas em narrativas objetivas, reinterpretadas pelo leitor. Esse processo é dinâmico, permitindo papéis variados na relação.

A veracidade dos relatos das vítimas valida os testemunhos e representa indígenas que vivenciaram traumas; as ilustrações alteram a percepção dos eventos, revisitando experiências por diferentes perspectivas; o contraste entre texto e imagem apresenta uma linguagem ficcional que impacta significativamente a realidade. A combinação da ficcionalidade

dos quadrinhos jornalísticos com a realidade resulta em uma experiência estética única, narrando histórias que materializam eventos e produzem presença.

“E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim” (Krenak, 2019, p. 27).

Minibiografia

[JÚLIO CÉSAR ROCHA CONCEIÇÃO]

É Doutor em Comunicação pela UFJF. Integrante do DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença. Professor dos Cursos de Publicidade & Propaganda e Jornalismo da UEMG - Unidade Frutal. E-mail: julio.conceicao@uemg.br

Referências

ALKIMIN, Martha. Ficções (literárias): desafios contemporâneos. **Palimpsesto**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 5, ano 5, 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: COMISSÃO Nacional da Verdade: memórias reveladas. **Comissão Nacional da Verdade**: relatório. Brasília, DF: CNV, 2014. p. 203-264. (Textos Temáticos, 5).

CASTRO, Iára Quelho *et al.* Os povos indígenas e a ditadura: violência, memória e história. **Hist. R.**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 123-140, jan./abr. 2024.

GALLE, Helmut. O testemunho: um novo paradigma da ficção? In: GALLE, Helmut; PEREZ, Juliana; PEREIRA, Valéria (org.). **Ficcionalidade**: uma prática cultural e seus contextos. São Paulo: FFLCH/USP; FAPESP, 2018.

GOMES, Paulo César; BENITEZ TRINIDAD, Carlos. A questão indígena durante a ditadura militar brasileira e a opinião pública estrangeira em perspectiva transnacional. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 14, n. 35, e0106, jan./abr. 2022.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Devemos continuar a escrever histórias da literatura? **New Literary History**, Baltimore, v. 39, n. 3, p. 519-532, jun./ago. 2008.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. O futuro da leitura? Recordações e Pensamentos por uma Abordagem Genealógica. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 628-643, abr./jun. 2018.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Os poderes da filologia**: dinâmica do conhecimento textual. Rio de Janeiro. Contraponto, 2021.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUSSE, Christina Ferraz *et al.* A potência da memória das mulheres na construção das reportagens em quadrinhos: a história “Os pesadelos de Guantánamo”. **Ambivalências**: Revista de Antropologia da PPGA-UFS, Sergipe, v. 8, n. 15, p. 127-160, jan./jun. 2020.

POMPEU, Douglas. Stimmungen Lesen, ler entre a forma e a substância. **Pandaemonium**, São Paulo, v. 15, n. 19, p. 256-260, jul. 2012.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: EdUFMG, 2007.

SARMENTO-PANTOJA, Augusto. Entre frestas: considerações sobre o teor ficcional, o teor de verdade e o teor testemunhal. **Revista Moara**, Pará, v. 2, n. 56, jan./jul. 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psic. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. **Proj. História**, São Paulo, v. 30, p. 71-98, jan./jun. 2005.

SILVA, Vinicius Pedreira Barbosa; VIEIRA, Leylianne Alves. Traços de memórias da ditadura militar: uma análise da reportagem Notas de um tempo silenciado. **Sur le journalisme**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 126-143, 2023. Disponível em: <https://revue.surlejournalisme.com/slj/article/view/571>. Acesso em: 25 mai. 2025.

VILALBA, Robson. **Notas de um tempo silenciado**. Porto Alegre: Besouro Box, 2015.